

Qual conceito de ciência fundamenta as Teorias da Comunicação? Um estudo exploratório do “cânone”¹

What concept of science is based on Communication Theories? An exploratory study of the “canon”

Luís Mauro Sá Martino

Faculdade Cásper Líbero (FCL). Avenida Paulista, 900, Bela Vista, São Paulo (SP). imsamartino@gmail.com

Fabíola Ballarati Chechetto

Faculdade Cásper Líbero (FCL). Avenida Paulista, 900, Bela Vista, São Paulo (SP). fabiolachechetto@gmail.com

Resumo. Qual conceito de ciência fundamenta as Teorias da Comunicação? Este trabalho delinea alguns aspectos dessa questão a partir da análise das noções de “ciência” presentes no cânone das teorias da Comunicação, tal como apresentado nos livros-textos dessa disciplina publicados entre 1996 e 2015. O argumento se divide em três partes: (1) institucionalmente, há procedimentos que remetem os estudos de Comunicação ao conceito clássico de “ciência”; no entanto (2) os problemas epistemológicos da área desafiam esse direcionamento, sobretudo na definição de “teoria”, indicando (3) uma necessidade de pensar uma “ciência” para além da definição clássica, próxima do sentido original da palavra – a ciência como saber.

Palavras-chave: Teoria da Comunicação. Epistemologia. Ciência. Pesquisa.

Abstract. What concept of science is based on Communication Theories? This paper delineates some aspects of this question from the analysis of the notions of “science” present in the canon of theories of Communication, as presented in the textbooks of this discipline published between 1996 and 2015. The argument is divided into three parts:) institutionally, there are procedures that refer communication studies to the classic concept of “science”; however (2) the epistemological problems of the area defy this orientation, especially in the definition of “theory”, indicating (3) a need to think a “science” beyond the classical definition, close to the original meaning of the word - to know.

Keywords: Communication Theory. Epistemology. Science. Research.

Introdução

À primeira vista, a ideia de ciência é parte integrante dos estudos e mesmo do vocabulário corrente da Área de Comunicação. Alguns indícios, mesmo fora de um mapeamento mais completo, sugerem essa aproximação. A expressão “Ciências da Comunicação” aparece no título de Programas de Pós-Graduação,

entre outros, da Unisinos, da Ufam e da USP; a palavra “teoria”, em “Teoria da Comunicação”, também está no espaço semântico de “ciência”; o nome dessa disciplina, aliás, era intercambiado com “Fundamentos Científicos da Comunicação”, nos anos 1970.

Mais ainda, em um texto do início dos anos 1980, Lima (1983) aponta como eixos de investigação a Comunicação como “Ciência do

¹ Uma versão prévia deste trabalho foi apresentada no GP Teorias da Comunicação no XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Os autores agradecem os comentários e sugestões recebidos.

Comportamento”, “Ciência Crítica”, “Ciência Formal” e “Ciência da Cultura”, enquanto Judith Lazar (1996) se dedica à “Ciência da Comunicação” em seu livro introdutório ao assunto. A palavra “ciência” parece estar ligada a uma maneira de entender a Comunicação, situando-a em um campo do saber historicamente provido de legitimidade e alto valor simbólico.

Falar de uma “ciência da Comunicação” remete a duas perspectivas: de um lado, a inscrição em um “campo científico”, como denomina Bourdieu (2007), espaço social dotado de regras próprias, reconhecido e valorado; de outro, a existência de procedimentos internos que permitam essa aproximação. Isso indica uma relação: a vinculação da Comunicação ao espaço da Ciência pressuporia a adoção de uma lógica “científica”.

No entanto, nos caminhos de nossa atividade como pesquisadoras e pesquisadores estudiosos dos fenômenos comunicacionais e, observadas as características específicas da construção do nosso campo teórico, a palavra “ciência” inquieta. Qual seria o modelo de ciência ao qual estaríamos nos referindo? E se chegamos a nos tornar “Ciência”, como e por quais razões alcançamos esse tal *status*? Ou ainda, como se dá a construção desse tipo de conhecimento e quais são as fronteiras epistemológicas que nos circundam?

Este trabalho delinea alguns aspectos do problema do aspecto “ciência” da Comunicação, especialmente nas Teorias da Comunicação (em maiúsculas, designando a disciplina ou a área de conhecimento), a partir de três argumentos, que formam os itens deste texto: (1) a institucionalização da área como “científica” em um conceito clássico da palavra; (2) os problemas epistemológicos que desafiam o direcionamento; (3) o problema da certeza para além da definição clássica, próxima do sentido original da palavra – a ciência como saber interpretativo, não causal.

Entendemos que falar da “comunicação como ciência” implica dedicar atenção especial – mas não exclusiva – aos discursos que compõem as Teorias da Comunicação. Ao longo do texto, procuramos tensionar, quando necessário, a questão das teorias com o aspecto institucional mais amplo da área, como articulado, por exemplo, por Ferreira (2003) ou Martino (2018). Assim, o objeto de estudos é o “cânone” teórico da área, entendido como o repertório teórico apresentado nos livros de “Teoria da Comunicação” em circulação.

Não se trata de retomar dicotomias clássicas entre “ciências naturais” e “ciências sociais” ou “ciências explicativas” e “ciências compreensivas”, na trilha de Wilhelm Dilthey ou Max Weber, mas de pensar, uma vez que o termo é utilizado e reivindicado para a Área, como a ideia de Comunicação se articula tensionalmente com a noção de ciência, tanto no plano institucional quanto epistemológico e prático.

O estatuto institucional de “ciência”

Embora esteja fora do escopo deste trabalho qualquer resgate histórico sobre ciência ou seu estatuto, vale pontuar uma certa ambiguidade presente quando se fala do conceito: é importante observar que, além de uma série de procedimentos, a noção de “ciência” encerra em si uma força histórica relativa à sua validade e reconhecimento no âmbito social.

Como apontam, de maneiras diferentes, Becker (1999), Chalmers (2000), Japiassu (1993), Morin (2006) ou Leffeld (2007), o conceito de “ciência” não é único – ao contrário, trata-se de uma formação discursiva desenvolvida ao longo de uma história, com diversos momentos de tensionamentos e transições, conquistando ao longo do tempo não apenas sua autonomia, mas também um considerável prestígio na sociedade, indica Bourdieu (2004).

As concepções de “ciência” e “conhecimento científico” tornam-se, a partir da Modernidade, sinônimos de um saber ao mesmo tempo legítimo e reconhecido como “verdade”, associado, portanto, a espaços de poderes e reconhecimentos – valeria recordar, por exemplo, as análises de Foucault (2004) sobre a constituição de um saber “científico” como forma específica de arranjo discursivo e prática de poder no âmbito social.

Historicamente, pode-se dizer que o final do século 19 testemunha a consolidação dessa concepção de ciência como sinônimo, ao mesmo tempo, de “verdade” e de “busca pela verdade” a partir de um método definido, especialmente no estudo da natureza, por suas características experimentais, empíricas e verificáveis – o “método científico”. No entanto, a partir do limiar do século 20, essa concepção será desafiada, entre outros, por nomes como Koyré, Canguilhem e, sobretudo, Bachelard: ao recuperar a história das ciências como parte de sua epistemologia, este último tende a mostrar a noção de “ciência” antes como tentativa do que como dado.

Quando se fala em “ciência”, lembra Santos (2010; 2012), estamos diante de um discurso móvel, com diversos pontos de flutuação ao longo de sua história, e que não permite sua apreensão em termos únicos. A flexibilidade do discurso científico permite colocar a pergunta: quando falamos em “ciência” na Área de Comunicação, a qual concepção efetivamente estamos nos referindo?

À primeira vista, trata-se da noção moderna de ciência – indício reforçado pelo fato de sua proximidade, nos sistemas de classificação, próxima das Ciências Sociais ou Ciências Humanas, mas nem sempre, por exemplo, perto das Artes ou da Literatura. De fato, essa concepção moderna de ciência parece informar parte considerável da pesquisa em Comunicação, sobretudo aquela realizada nos espaços anglo-saxônicos. No entanto, essa concepção parece se deparar com alguns problemas.

A noção de “ciência” presente nos estudos de Comunicação parece enfrentar um paradoxo entre suas condições institucionais, plenamente desenvolvidas de acordo com as concepções mais tradicionais do termo, de um lado, e problemas epistemológicos, de outro. Vale observar cada um desses aspectos um pouco mais de perto.

De um lado, a Área tem o aparato relativo ao funcionamento de uma ciência normal. Há institutos de pesquisa, geralmente integrados a Programas de Pós-Graduação. Temos revistas acadêmicas em sistema de *double-blind review*, responsáveis pela avaliação dos artigos, resultantes de pesquisas, submetidos para a publicação. Há uma comunidade acadêmica consolidada, responsável por indicar os parâmetros de circulação de saberes considerados como pertinentes.

No mesmo sentido, defendemos teses e dissertações elaboradas dentro de critérios voltados para a produção de conhecimento e sua legitimação a partir da apresentação e sustentação pública, no crivo dos pares. Realizamos eventos, desde os congressos multitemáticos, até seminários temáticos realizados por grupos de pesquisa nas Universidades.

Gera-se, todos os anos, um montante considerável de novos conhecimentos. Em termos estimativos, se considerarmos que cada uma das cerca de quarenta revistas científicas da Área publica oito a dez artigos por edição, com dois números anuais, teremos algo em torno de 640 artigos científicos novos publicados. Se incluirmos textos apresentados em eventos

que não chegam a ser enviados ou aceitos para publicação, os dados poderiam ser maiores.

Por outro lado, no entanto, é necessário observar algumas questões que essa concepção moderna e institucionalizada de ciência coloca à Área, ecoando França e Aidar (2015): quanto dessa produção, os estimados 640 artigos, é efetivamente colocada em circulação na Área, informando pesquisas posteriores? Ou, em que medida, na hora de realizar uma pesquisa, buscam-se apenas os textos clássicos e consagrados, deixando de lado a produção contemporânea?

Na edição de 2018 do GT Epistemologia da Comunicação, da Compós, realizado em Belo Horizonte, levantou-se justamente a questão da necessidade sempre presente da elaboração dos “estados da arte” na pesquisa, de maneira a incluir também toda uma produção contemporânea nas pesquisas – à verticalidade do trabalho com o clássico, soma-se a horizontalidade da pesquisa feita pelos pares, muitas vezes mais próxima dos problemas empíricos de pesquisa com os quais nos defrontamos do que o arcabouço teórico de fundo presente em um texto. A cultura da Área de Comunicação parece ser essencialmente pensada em termos de livros, não de artigos.

Vermeleuen e Hartmann (2015), em um artigo sintomaticamente intitulado “Pesquisa e práticas de publicação questionáveis nas Ciências da Comunicação”, indicam os problemas que a pressão por resultados causa nas práticas de pesquisa. Estudando o desenvolvimento dos estudos de Comunicação na Alemanha e Estados Unidos, Löblich e Scheu (2011, p. 2) assinalam que esses problemas estão associados à “identidade histórica do campo”, como sua “pouca tradição como disciplina acadêmica”, seu “déficit de legitimidade” por ser um tópico “difuso”.

Seguindo as pegadas de Bachelard (1971, p. 21), nas suas incursões epistemológicas nos planos do sábio, do cientista e do filósofo, notamos que desde a sua época a filosofia das ciências era desfavorecida em relação ao quadro filosófico de maneira geral: “Cada vez mais, todos os valores do homem estudioso, do homem engenhoso, são desacreditados”. Havia (e há?) um esforço do saber “maculado pelo utilitarismo”.

A esse propósito, Santos (2012, p.147) indica que “a vocação técnica e instrumental do conhecimento científico tornou possível a sobrevivência do homem a um nível nunca antes atingido”. Mas, segundo o autor, “por-

que concretizada sem a contribuição de outros saberes, aprendemos a sobreviver no mesmo processo e medida em que deixamos de saber viver. Um conhecimento anônimo reduziu a práxis à técnica”.

Nas palavras de Alves-Mazzotti & Gewandtsznajder (2004, p. 109), “basicamente, a discussão gira em torno das possibilidades e vantagens de se usar o modelo das ciências naturais para o estudo dos fenômenos humanos e sociais”. E é aqui onde podemos situar os estudos da comunicação.

Dito de outra maneira, trata-se do tensionamento entre uma concepção “moderna” de ciência e uma série de problemas “pós-modernos” no plano epistemológico. Uma lógica moderna aplicada a problemas que ultrapassam essa concepção. A construção de uma ciência moderna para problemas inapreensíveis do ponto de vista de uma empiria igualmente pautada da modernidade trouxe – e vem trazendo – problemas consideráveis para a Comunicação, sobretudo quando, por sua própria razão epistemológica, ela demanda formas diferentes de abordar os fenômenos da realidade a partir de uma imaginação sensível.

Vale observar que a constituição de um campo científico, recorda Bourdieu (2007), implica não apenas a existência de agentes interessados em um reconhecimento ou “prêmio” comum, mas também – talvez sobretudo – no acordo tácito relacionado a um determinado “modo de ser” do campo, responsável, entre outras coisas, por gerar nos participantes uma “ilusão” naturalizada pela formação do *habitus* do pesquisador. Isso parece ter especial relevância quando se observa o descompasso já apontado por Lima (1991) entre a institucionalização plena e a epistemologia em desenvolvimento na Área de Comunicação.

O problema epistemológico da “teoria”

O que significa falar de “teoria” na Comunicação? Em boa medida, quando se discute o assunto, o foco recai sobre as dificuldades do termo “Comunicação”, deixando “teoria” em um plano menor. Uma trilha possível, portanto, é olhar o que estamos chamando de “teoria” na Área. O objetivo aqui não é indicar o que é “teoria”, mas observar a circulação desse termo.

Ocupando uma posição central na construção de um espaço relativamente autônomo do saber, a teoria de uma área define seu objeto

de conhecimento, modos de ver e qual empírico olhar para se tecer um conhecimento. A “prática teórica” está dentre os elementos fundamentais de uma área do saber como expressão da racionalidade específica de uma Área, seu “racionalismo aplicado”, no sentido de Bachelard (1977; 2001) a partir do qual se trabalha com o empírico.

Nesse aspecto, na medida em que toda pesquisa está vinculada, de maneira mais ou menos visível, a uma teoria, a definição dos percursos teóricos se mostra como um problema prático: se uma primeira dúvida do pesquisador pode ser “minha pesquisa é de Comunicação?”, uma segunda seria “minha teoria é da Comunicação?”.

Uma resposta inicial poderia ser rapidamente apontada: se uma “teoria” está em livros intitulados “Teoria(s) da Comunicação”, por derivação lógica ela é uma teoria da comunicação. No entanto, se isso aparentemente resolve um problema prático, de outro lado remete ao questionamento a respeito dos critérios de inclusão/exclusão de uma teoria da Área, como indicam McQuail (2013) e Zelizer (2015).

Várias autoras e autores, sobretudo L. C. Martino (2001; 2007) e Signates (2010) já assinalaram, em diversos momentos, que as “Teorias da Comunicação” não foram elaboradas para o estudo da Comunicação mas, antes, vem de outras áreas, em especial da Linguística e da Sociologia, sendo apropriadas mais tarde pela Comunicação.

Algumas das teorias pertencentes ao cânone da Comunicação se apresentam, dessa maneira, tangenciais às preocupações da Área, mais vinculadas às suas áreas de origem do que efetivamente articuladas com problemas comunicacionais ou midiáticos.

Neste momento, a concepção de ciência presente na Área de Comunicação parece se afastar definitivamente de uma noção “moderna” do termo. As teorias da Comunicação não parecem se apresentar como “teorias” no sentido de um conjunto relativamente organizado de procedimentos, pressupostos e hipóteses a respeito de um grupo de fenômenos, que permitiria avaliar eventos e, a partir disso, deduzir situações semelhantes. O sentido da “teoria”, na Comunicação, tende a se apresentar como um repertório conceitual e interpretativo para a observação e compreensão de algumas situações, mas sem o aspecto de “lei” ou “previsibilidade” que por vezes acompanha o discurso teórico no campo científico.

Nesse sentido, vale observar também que essa pluralidade de origens teóricas parece ter alguma relação com a diversidade dos objetos de conhecimento eleitos como próprios da Área, na medida em que cada proposição teórica ecoa, de perto ou de longe, perspectivas a respeito da construção metodológica de uma pesquisa. Na prática, lembra Pfau (2008, p. 599), não é incomum encontrar, em um trabalho sobre “comunicação e política”, ou “comunicação e saúde”, complexas elaborações teóricas sobre a área de interface – a política ou a saúde, nos exemplos – deixando de lado a questão de teorizar a comunicação. O foco “periférico”, argumenta, diminui o espaço do principal – ou “funcional”, como denomina.

Susan Herbst (2008, p. 608) indica os problemas potenciais desse tipo de aporte, sobretudo em suas implicações práticas: “a noção de ‘revisão de literatura’”, indica, “muda incomensuravelmente quando se sai de uma constelação disciplinar”, enquanto Catt (2014) e Delgado e Repiso (2013) indicam problemas semelhantes.

Isso parece levar a um segundo ponto: o que entendemos por “teoria”?

Como assinala Butler (2008), em uma concepção “moderna” de ciência, “teoria” era um conjunto de proposições testáveis na realidade, empiricamente refutáveis. No entanto, prossegue o autor, a partir dos anos 1960, a noção de “teoria” passou a designar um conjunto de proposições interpretativas. Vinda dos estudos literários, como assinala Martin (1971), sobretudo francófonos, “teoria” é o conjunto de obras de autores franceses, ou francófonos, como Kristeva, Foucault, Barthes, Derrida e De Man, entre outros, e se caracteriza – além de um possível rótulo como “pós-estruturalistas” – pela ausência de “comprovação” ou “refutação” com a empiria, mas por fazer da teoria uma construção autônoma de caráter heurístico para a observação crítica da realidade.

Não por acaso, prossegue Butler (2008), a proposta da teoria, entendida nesse sentido, é mais levantar questões e localizar indícios, rastros e frestas de manifestações de poder do que trabalhar o “empírico”. A diferença entre os conceitos “clássicos” e “pós-estruturalistas” de teoria se reflete no cotidiano de pesquisa.

O lugar das teorias na produção científica também pode se configurar como um espaço de observação de diferenças – e os dois parágrafos abaixo são indicações conscientes de sua generalização, a serem lidos talvez mais

como sintomas do que indícios – e menos ainda resultados.

Um artigo publicado em revistas de Comunicação do universo anglo-saxônico costuma ter, como “teoria”, o que seria chamado aqui de “estado da arte”. Trata-se de citações de outros artigos, contrastando métodos ou resultados empíricos. A isso segue-se uma pesquisa empírico-quantitativa de maior ou menor alcance, oferecendo um “resultado” replicável, às vezes na forma de modelos, tabelas numéricas ou gráficos.

Em comparação, em um artigo publicado no universo latino-americano a “parte teórica” é pautada na discussão de conceitos teóricos. O objeto empírico é contextualizado dentro desse referencial e, na materialidade do texto, presente em espaços localizados do artigo após uma discussão teórica mais longa.

Como contraditório, e apenas para se dar uma ideia da extensão do problema, há publicações no universo anglo-saxônico voltadas para a teoria, como “Communication Theory” ou o “Journal of Communication”, e há diversos estudos empíricos no espaço latino-americano.

Isso, no entanto, não deixa de remeter a um outro problema: como problematizar ou questionar uma teoria que se apresenta como um conjunto de proposições hermenêuticas de saída, exceto a partir de outra matriz teórica asentada sobre fundamentos apriorísticos? Allen (1993, p. 29), recuperando a distinção entre Teoria Tradicional e Teoria Crítica, argumenta que “a teoria crítica posiciona o cientista como ser humano, dentro de um conjunto de forças políticas, históricas e morais. Os resultados não podem ser separados desse contexto”. Como discutir uma pesquisa na medida em que seu arcabouço conceitual só pode ser discutido a partir de uma visão do exterior?

Em última instância, um observador mais apressado poderia traduzir a questão em termos talvez errôneos: diante da pluralidade epistemológica, quando uma pesquisa de comunicação pode estar errada? Se a ideia de ciência, como sugere Bachelard (2004), está ligada à retificação de erros, o que é um “erro” em uma pesquisa de comunicação?

Para além de erros e acertos, a interpretação

A pergunta, neste caso, parece estar deslocada. É este paradoxo que destacamos como proposição central deste artigo. A noção de

“erro” pressupõe um “acerto”, sugerindo um vínculo com a “verdade” – e, a partir daí, sairíamos do terreno da epistemologia para o campo de uma teoria da verdade ou mesmo da gnosiologia. Mas não é preciso ir tão longe na medida em que, nesse sentido, a perspectiva de um “erro” está vinculada a uma possibilidade de “acerto”. Se a noção de verdade é plurivocal, não menos o é a noção de “erro”.

Daí, como assinala Butler (2008), o fato de que, no referencial teórico das Humanidades, uma teoria não “superar” a outra ou mesmo “retificá-la” em uma perspectiva como a de Bachelard (2004), mas observar a convivência de aberturas interpretativas que caminham em paralelo na interpretação de fenômenos por elas mesmas definidos. Assim, digamos, seria complicado – e usamos estes autores apenas a título de ilustração – “refutar” Adorno com Bakhtin ou Bourdieu, ou “invalidar” Kristeva a partir de Benjamin: a validade intrínseca de cada uma dessas teorias aponta para fenômenos que, tomados em seu contexto, apresentam-se como espaços de sentido e apropriações possíveis.

A teoria, neste caso, se apresenta mais como um espaço hermenêutico de possibilidades do que um conjunto de abstrações elaboradas a partir de um empírico sempre fugidio. É exatamente essa dinâmica do fugidio, do sentido disperso, da impossibilidade de captura linguística do objeto sob pena de decretar sua cristalização ou desaparecimento que parece caracterizar o sentido de “teoria” na Teoria da Comunicação.

A lógica e a coerência interna das construções empíricas feitas a partir das concepções teóricas parece ser um dos critérios de validação de uma pesquisa – assim, não há “erro” em relação a uma “verdade exterior”, mas unicamente em relação às proposições existentes no âmbito interno de uma construção teórica.

Dessa maneira, se esta proposição pode ser feita, a ideia de “erro” não existe se não enquanto forma de um “racionalismo aplicado” – novamente Bachelard – no qual a retificação não se dá no confronto entre teorias (um “deridariano” não está mais “certo” do que uma “arendtiana” ou um “peirceano”), mas da possibilidade de observação da realidade dentro de uma lógica a partir da qual se podem extrair, ou abstrair, sentidos específicos.

Encontra-se, nesse momento, uma variável da teoria como espaço ao mesmo tempo de construção e questionamento de poderes. Como espaço de observação crítica, alinha-

-se com a perspectiva de acionar uma série de conceitos para observar a realidade para além de sua aparência imediata no cotidiano, configurando-se como uma forma de questionamento e transformação; a teoria é um degrau importante para a localização e entendimento de relações invisíveis a uma mirada inicial, a partir da qual é possível não apenas uma melhor compreensão mas também abrem-se potencialidades de transformação; ao mesmo tempo, enquanto construções discursivas relativamente autônomas, vinculadas a um conjunto de proposições, as teorias se mostram também, em si, como espaços de poder.

Acompanhando a historicidade das discussões nos textos de Alves-Mazzotti & Gewandtsznajder (2004, p. 114) aparece uma revisão dos demais filósofos críticos da perspectiva kuhniana como Popper, defendendo a utilização de critérios objetivos na avaliação das teorias, Lakatos (1970) por meio da heurística, ou seja, capacidade de criar fatos novos, ou Kuhn (1970) em sua “tese da incomensurabilidade” na qual seria impossível justificar racionalmente a preferência por uma ou outra de duas teorias rivais, até se chegar ao “anarquismo epistemológico” de Feyerabend (1978, 1988).

Pertinente ao debate é relembrarmos que a invalidação de uma proposta teórica seguindo a regra popperiana pode aderir com eficiência ao modelo metodológico das ciências naturais, no entanto, o critério de falseabilidade se demonstra insuficiente em Comunicação uma vez que as teorias da área denotam percepções singulares e com frequência pouco coincidem na observação do fenômeno comunicacional. Isso pode ser relacionado com Braga (2014, p. 51), quando afirma que “o âmbito de conhecimentos em ciências humanas e sociais é mais sutil – porque a validade da regra, sendo histórica, não é universal como nas ciências naturais”.

Olsen (2007, p. 90) argumenta que o modelo normativo de ciência definido no século XIX, baseado no trabalho dos cientistas naturais, coloca uma problemática de origem para as Humanidades. Entretanto essa “transição entre paradigmas” identificada por Santos (2010) teria pouca aderência em uma ciência mutante como a comunicação que parece tomar formas variadas sem substituições nem qualquer previsão de estabilidade, dada a natureza e os desdobramentos de seu objeto.

Uma vez que a configuração desse cenário híbrido evidencia falhas nas tentativas de delinear o que pode ser considerado como ciên-

cia ou não, certas inversões no ponto de apoio podem favorecer novas perspectivas. Neste cenário, Bruck (1985, p. 77) indica que, “para o estudante, estudar ‘teoria’ se torna um fim acadêmico-burocrático em si mesmo, centrado ao redor da leitura de um cânone de textos ‘teóricos’”.

Essas observações sugerem o quanto a dimensão interpretativa ou explicativa impactam no “grau de cientificidade” nas pesquisas em comunicação e nas relações que estabelecemos com os objetos de investigação. Conforme a autoria, leitura e os efeitos do trabalho simbólico pesquisados por Orlandi (1998, p. 137), “não havendo univocidade entre pensamento/mundo e linguagem, haverá sempre o espaço da interpretação e do equívoco”. De fato, a posição dos pesquisadores ligados à tradição interpretativista descrita por Alves-Mazzotti & Gewandsznajder (2004, p. 127) é bastante variada.

Isso se torna talvez mais relevante quando, se pensarmos na Comunicação como “Ciência Social Aplicada”, o que em termos profissionais pode ser levado em conta; no entanto, em termos de uma epistemologia da ciência, em que medida estamos falando de algo “aplicado”? Ferrara (2018) questiona essa afirmação, sugerindo que a ideia de “aplicação” reforça o caráter instrumental da comunicação, mesmo em seu entendimento enquanto área do conhecimento. Sherry (2010), por sua vez, questiona qualquer distinção entre ciências “básicas” e “aplicadas”, mas situa a Comunicação em um modelo de ciência voltado para a explicação e antecipação dos fenômenos.

Considerações finais

A discussão sobre a ideia de “ciência” que perpassa os estudos de Comunicação não se refere apenas ao posicionamento da Área perante outras ciências ou mesmo seu “estatuto epistemológico”, como estudam Signates (2012) ou Boaventura (2014), enquanto campo do saber, mas também aponta para questões práticas, como os modelos válidos de escrita – o ensaio, o “artigo acadêmico” ou mesmo a investigação em clave poética, como Carrascoza (2016). E, mais ainda, para qual o posicionamento do conhecimento produzido na Área.

Partindo das ciências sociais como primas-irmãs das ciências comunicacionais, dadas as distinções nos olhares, podemos estabelecer paralelismos que nos ajudarão a encontrar pistas para o nosso próprio percurso. Para Alves-

-Mazzotti & Gewandsznajder (2004, p. 110), “as ciências sociais têm desenvolvido uma grande variedade de modelos próprios de investigação e proposto critérios que servem, tanto para orientar o desenvolvimento da pesquisa, como para avaliar o rigor de seus procedimentos e a confiabilidade de suas conclusões”.

Encontramos também na ciência poética de Bachelard (1971, p.27), orientações preciosas para um “ecletismo dos meios” admissível ao invés de um “ecletismo dos fins”, em outros termos, “para uma filosofia das ciências” - incluímos as da comunicação - “que pretende dar conta dos diferentes tipos de teoria, que pretende medir o alcance das suas implicações, que quer, antes de mais nada, sublinhar os processos tão variados da descoberta, mesmo que eles sejam os mais arriscados”.

Na toada dessa aventura heurística do que não é conceitualmente explicativo podemos beber na fonte do “conhecimento aforístico” proposto por Braga (2014). Dois aspectos dessa proposta jogam luzes criativas nas nuances sombrias de um campo considerado “em formação” e “disperso”: a) Esse “modo aforístico” é um espaço de produção de conhecimento em que as bases e fundamentos não existem (ou não existem ainda) de modo sistematizado”; b) “O modo aforístico de adjunção é uma possibilidade de inteligência conjunta de coisas aparentemente dispersas”.

A etimologia das palavras esconde histórias e significados. Braga (2014) nos lembra que “o sentido grego de “aphorismós” é ‘separar’ (o que implica definir pela distinção)”. E, por isso, prossegue o autor, “o modo aforístico é promissor se, de um corpo de conhecimentos produzidos em processo de ciência normal (Kuhn), se pretende, diferente de dar continuidade a essa ciência, desentranhar percepções que se destaquem do acervo estabelecido”.

Ao defender que “não há ciência normal em Comunicação”, Braga (2014, p.49) não assume “uma postura anticientificista” mas simplesmente reconhece não ver, “hoje, nos estudos da comunicação, aquilo que Thomas Kuhn chama de ciência normal – um corpo relativamente estabilizado de conhecimentos, teorias, métodos, que permitem manter um compasso de descobertas e de avanço do conhecimento dentro de seus padrões. Mas a ciência não é feita só disso” (Braga, 2014 p.49).

A essa altura, rastreando a historicidade da própria ciência, reconhecendo uma potente herança vinda das ciências naturais, conhecendo as bases de constituição das ciências sociais

e chegando finalmente no agrupamento apelidado por Ciências da Comunicação, pouco linear e homogêneo, notamos uma multiplicidade de pressupostos, estilos narrativos e metodologias que enriquecem as práticas, métodos, teorias e conceitos.

E se Bachelard (1971, p. 168) nos ensina que “o historiador das ciências tem de tomar as ideias como fatos e o epistemólogo tem de tomar os fatos como ideias, inserindo-os num sistema de pensamento”, ao pesquisarmos comunicação, entrecruzariamos fatos com ideias tendo como zeladora uma epistemologia perene e de incansável crítica a respeito dos moldes de ciência atuante no pensamento dominante de cada época.

Referências

- ACOURT, P. 1987. The unfortunate domination of social theories by ‘Social Theory’. *Theory Culture Society*, 4(1):659-689.
- ALLEN, M. 1993. Critical and Traditional Science: implications for Communication Research. *Western Journal of Communication*, 1(57):200-208.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. 2004. *O método nas Ciências Naturais e Sociais*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 203 p.
- BACHELARD, G. 1971. *A Epistemologia*. Lisboa, Edições 70, 224 p.
- BACHELARD, G. 2004. *Filosofia do Não*. Lisboa, Presença, 228 p.
- BACHELARD, G. 2001. *O Materialismo Racional*. Lisboa, Edições 70, 261 p.
- BACHELARD, G. 1977. *O Racionalismo Aplicado*. Rio de Janeiro, Zahar, 248 p.
- BARBOSA, M. 2015. Comunicação: a ciência do século XXI. *Matrizes*, 9(1):267-271.
- BECKER, H. 1999. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, Hucitec, 178 p.
- BOAVENTURA, K. T. 2014. Qual o estatuto da Comunicação? Aproximações a partir de um levantamento com pesquisadores brasileiros da área. *Comunicologia*, 7(1):117-139.
- BOURDIEU, P. 2004. *Os usos sociais da Ciência*. São Paulo, Unesp, 86 p.
- BRAGA, J. L. 2014. Um conhecimento aforístico. *Questões Transversais*, 2(3):44-53.
- BRUCK, P. A. 1985. Theoretical practice and intellectual work: teaching critical communication theory. *Canadian Journal of Communication*, 11(1):75-86.
- BUTLER, C. 2008. *Postmodernism*. Oxford, OUP, 152 p.
- CATT, I. E. 2014. The Two Sciences of Communication in Philosophical Context. *The Review of Communication*, 14(3-4):201-228.
- CHALMERS, A. F. 2000. *O que é ciência, afinal?* São Paulo, Brasiliense, 225 p.
- DELGADO, E.; REPISO, R. 2013. The Impact of Scientific Journals of Communication: Comparing Google Scholar Metrics, Web of Science and Scopus. *Comunicar*, 21(41):45-52.
- DONSBACH, W. 2006. The identity of communication research. *Journal of Communication*, 56(1):437-448.
- FOUCAULT, M. 2004. *Arqueologia do Discurso e Epistemologia das Ciências Humanas. Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro, Forense, 468 p.
- FRANKFORT-NACHMIAS, C.; NACHMIAS, D. 1996. *Research methods in the social sciences*. Nova York, St. Martin’s Press, 17 p.
- GOMES, A. A. 2000. Considerações sobre a pesquisa científica: em busca de caminhos. Presidente Prudente: FCT/UNESP, Disponível em: http://www.fct.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/AlbertoGomes/aula_consideracoes-sobre-a-pesquisa.pdf
- HANITZSCH, T. 2013. Writing for Communication Theory. *Communication Theory*, 23(1):1-9.
- HERBST, S. 2008. Disciplines, intersections, and the future of Communication Research. *Journal of Communication*, 58(4):603-614.
- JAPIASSU, H. 1992. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 200 p.
- JONES, C. 2003. Theory after postmodern condition. *Organization*, 10(1):503-525.
- LANG, A. 2013. Discipline in Crisis? The shifting paradigm of mass communication research. *Communication Theory*, 23(1):10-24.
- LEHFELD, N. 2007. *Metodologia e conhecimento científico*. Petrópolis, Vozes, 119 p.
- LÖBLICH, M.; SCHEU, A. M. 2011. Writing the History of Communication Studies: A Sociology of Science Approach. *Communication Theory*, 21(1):1-21.
- MARTIN, W. 1979. The epoch of critical theory. *Comparative Literature*, 31(4):321-350.
- MARTINO, L. M. S. 2008. A ilusão teórica no campo da comunicação. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, (36):111-117.
- MCQUAIL, D. 2013. Reflections on Paradigm Change in Communication Theory and Research. *International Journal of Communication*, 7(1):216-229.
- OLSEN, S. H. 2007. The moment of theory. *Critical Quarterly*, 49(4):89-120.
- ORLANDI, E. P. 1998. *Interpretação: autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes, 150 p.
- PFAU, M. 2008. Epistemological and disciplinary intersections. *Journal of Communication*, 58(1):597-602.
- SANTOS, B. S. 2012. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 176 p.
- SANTOS, B. S. 2010. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo, Cortez, 92 p.
- SIGNATES, L. 2012. Epistemologia e comunicabilidade: as crises das ciências, ante a perspectiva da centralidade do conceito de comunicação. *Comunicação e Informação*, 15(2):133-148.
- SHERRY, J. L. 2010. The Value of Communication Science. *Journal of Applied Communication Research*, 38(3):302-306.
- VERMELEUEN, I.; HARTMANN, T. 2015. Ques-

- tionable Research and Publication Practices in Communication Science. *Communication Methods and Measures*, (9):189–192.
- ZELIZER, B. 2015. Making Communication Theory Matter. *Communication Theory*, **25**(1):410–415.